

EXAME DE ORDEM

MARÇO / 2004

2ª ETAPA

ÁREA: DIREITO CIVIL / PROCESSO CIVIL

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: **2,0 (dois) pontos.**

Questão 02: **2,0 (dois) pontos.**

Questão 03: **1,0 (um) ponto.**

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, A **TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero)**.

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, de caderno de notas e de apostilas, de livros de perguntas e de respostas, bem como de xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Alberto Silva é casado com Evangelina Silva sob o regime da comunhão universal. Alberto, sem o conhecimento de sua esposa, contraiu com João dos Anjos uma dívida, constante de nota promissória, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), numerário este utilizado por Alberto para a compra de um veículo para seu irmão, Pedro. Inadimplente, Alberto agora está sendo executado. Nessa execução, que tramita perante a 5ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, penhora-se o sítio pertencente ao casal, denominado “Prensas”, situado nessa mesma Comarca, avaliado no importe de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). Evangelina, por força do disposto no § único do art. 669 do CPC, é intimada daquela penhora, mas queda-se inerte. Somente quando fica sabendo da designação da hasta pública naquela execução é que Evangelina o procura em seu escritório. Redija a petição inicial da medida judicial cabível para a defesa dos interesses de Evangelina.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Há quatro anos e um mês, Salvador alugou um imóvel à empresa de Mário,

“Bacalhau com Natas Ltda.”, mediante contrato escrito, com prazo de 60 (sessenta) meses. Desde início da locação, aquele endereço ficou famoso por abrigar a mercearia de Mário, muito bem freqüentada. Quando pensava em reformar o imóvel, acrescentando-lhe mais um andar, Mário ficou sabendo, através da mulher de Salvador, que ele pretende pedir-lhe o imóvel de volta. Pergunta-se: É possível a permanência de Mário no imóvel? Em caso positivo, qual o meio judicial cabível para a defesa dos interesses de Mário? Respostas justificadas.

Questão 02

Maria das Dores ajuizou ação em face de Regina Correia visando o ressarcimento dos danos causados em seu veículo em razão de acidente de trânsito. A ação foi distribuída para o juiz da 1ª. Vara Cível da comarca de Juiz de Fora, em 11 de fevereiro de 2004, tendo a citação sido ordenada no dia seguinte. Porém, Regina também ajuizou ação, buscando a responsabilização de Maria das Dores, ação esta distribuída para o juiz da 2ª. Vara Cível daquela mesma comarca, no dia 05 de fevereiro de 2004, mesma data em que o juiz ordenou a citação. Apesar de Regina de tomado a iniciativa de propor sua ação em primeiro lugar, a citação de Maria das Dores demorou mais a acontecer, só vindo a ocorrer 10 (dez) dias após a citação de Regina. Diante do risco de haver decisões contraditórias, é recomendável a reunião das ações. Perante qual juízo devem as ações ser reunidas? Responda justificadamente.

Questão 03

João, viúvo, teve com Maria, com quem foi casado, dois filhos: Pedro e Tiago. Ao morrer, João deixou testamento no qual consignou que a metade da herança deveria ser dividida entre todos os seus filhos e a outra deveria ser destinada a Mateus. Mateus é filho que João teve com Josefina, também já falecida, sua concubina. Pergunta-se: Tem Mateus algum direito na herança de seu pai? Em caso positivo, qual será sua cota-parte? Responda justificadamente.

BOA PROVA!

**EXAME DE ORDEM
MARÇO / 2004
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: **2,0 (dois) pontos.**

Questão 02:**1,5 (um e**

meio) pontos.

Questão 03:**1,5 (um e**

meio) pontos.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, A **TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero)**.

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, de caderno de notas e apostilas, de livros de pergunta e de respostas, bem como de xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Comarca : Belo Horizonte /MG

Vara: 1ª Vara Especializada de Tóxicos

Processo : 02403.xxx.xxx-xx

Espécie: Art. 12 c/c 18,III e art., 14 da Lei 6.368/76

Autora: Justiça Pública

Acusados: João e Antônio

João e Antônio foram denunciados pela Justiça Pública como incurso nas sanções dos art. 12 c/c art. 18 ,III, e art 14, todos da Lei 6.368/76, eis que os policiais vinham investigando as atividades de comércio de substâncias entorpecentes de Antônio há algum tempo. No dia 13 de novembro de 2003, as investigações logram êxito, tendo sido os acusados surpreendidos com 5 (cinco) barras de maconha. Os policiais deram voz de prisão, mas o acusado Antônio ao tentar empreender fuga atirando com uma arma, foi perseguido e atingido por um projétil a três quadras do local do flagrante.

Os policiais apuraram que os denunciados encontravam-se associados, há mais de três meses, adotando como “*modus operandi*” a utilização de diversos locais para armazenar a droga, como o depósito alugado por João.

Efetou-se a prisão em flagrante de João, realizando o competente APF, fls 06/08, dando início ao inquérito, no qual ele confessou que guardava a droga para o segundo acusado . Foram apreendidos dois celulares um de cada acusado, 5 barras de maconha, R\$ 100,00 (cem) reais e uma arma calibre 38, conforme autos de apreensão de fls. 13, bem como laudo de constatação de fls. 15, sendo que o Laudo Toxicológico definitivo foi encartado aos autos às fls. 55.

Em seu interrogatório policial disse João: “ *que a droga não lhe pertencia, apenas guardava para Antônio, seu conhecido de longa data, em um depósito no qual ele utilizava para guardar os produtos que vendia como ambulante no centro da cidade,...* ”

Foi oferecida denúncia, em 26 de novembro de 2003, o acusado foi citado para apresentar defesa preliminar em 10 dias, prazo que ocorreu *in albis*. Foi nomeado defensor dativo que apresentou defesa preliminar, a qual foi juntada aos autos em fls 50/53. Intimado o d. Representante do Ministério Público, postulou o recebimento da denúncia a qual foi recebida em decisão de fls 64. Seguiu-se a instrução criminal, sendo o réu requisitado para audiência, ocorrida em 15 de dezembro de 2003, na qual este foi interrogado, retratando-se quanto a confissão dada na fase investigativa, dizendo:

que foi coagido pelos policiais a dizer que a droga estava sendo guardada por ele, que um dos policiais, chamado Fernando, é seu inimigo de longa data, que este policial já foi acusado pelo crime de lesão corporal grave e que ele era a vítima neste processo, estava no local que foi preso em flagrante, de passagem, comprando droga, pois é viciado, que não é o proprietário ou locatário do depósito no qual fora preso, que é ambulante, trabalhando no centro da cidade; que guarda suas mercadorias nos fundos de um bar de um amigo na Av Tereza Cristina.

Seguiu-se a instrução ouvindo as três testemunhas da acusação, dois policiais civis e a testemunha de apresentação do APF, comuns à defesa, arroladas pelo defensor dativo na defesa preliminar.

Em seu depoimento diz a testemunha Fernando: “ *... que chegando ao depósito, foi feita campana, tendo visto o acusado Antônio ingressar no local, com um sacola e ser recebido por João; que realizada a abordagem foram encontrados 4 kilos de maconha prensada, que estava escondida entre caixas com mercadorias de ambulantes, que a arma usada por Antônio estava escondida no depósito, que na sacola tinha 1(um) Kilo de maconha, um pacote de balas, chicletes e outras coisas mais, que fora apreendido o celular que portavam ambos os acusados, mais uma determinada quantia, que não se lembra do valor, no bolso de João; que as investigações inicialmente centravam em Antônio; que conhece o acusado João, que ele é vizinho de sua mãe, que foi absolvido no referido processo de lesão corporal ”*

Quanto a outra testemunha, em seu depoimento relatou: “ *que as investigações começaram nas atividades de Antônio; que no local foi encontrado em depósito determinada quantia de droga e um outra parte em uma sacola que estava sendo carregada por Antônio; que a arma utilizada por Antônio estava no depósito; que o depósito era utilizado por João para guardar produtos que vendia, disfarçando o depósito de drogas.* ”

A testemunha Maria do Carmo, nada disse de relevante, ressaltando que foi levada à Delegacia como testemunha de apresentação, não tendo visto nada da prisão pois chegou ao

depósito no momento em que levavam o acusado João para Delegacia em uma viatura.

Finda a instrução, dada a palavra ao ilustre promotor, este requereu que as alegações finais orais fossem substituídas por memoriais.

Em seu memorial o representante do Ministério Público entendeu provadas a materialidade, autoria e tipicidade dos delitos imputados aos acusados, reiterou o pedido de condenação formulado na denúncia; postulando a extinção da punibilidade pela morte do acusado Antônio, comprovada por cerdidão nos autos, em fls.70.

Você foi contratado pela família do acusado para a elaboração do memorial. Elabore-o, com o devido e completo encaminhamento, arguindo toda a matéria pertinente.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Condenado por sentença mantida por acórdão do Tribunal de Justiça, o réu entrou com recurso especial, que não foi admitido, razão por que interpôs agravo de instrumento.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, relator do agravo, não conheceu do recurso, conforme decisão publicada no *Diário da Justiça* de 28 de junho de 2002, ao fundamento de que **“O agravo de instrumento é intempestivo”**. A esse respeito, esclareceu o ministro o seguinte:

“Com efeito, publicada a decisão agravada em 17-12-99 (fls. 136), o recurso foi recebido no Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 27-12-99 (fls. 02), depois de escoado o prazo para sua interposição, que é de cinco dias, nos termos do art.28 da Lei nº 8.038/90”.

Salientou ainda a decisão que, *“a teor do artigo 798 do Código de Processo Penal, os prazos em matéria criminal são contínuos e peremptórios, não se suspendendo durante o curso das férias e recesso forenses”*.

Surpreendido com o rumo da decisão, e não acreditando ter cometido um erro de contagem de prazo, o advogado do agravante colheu os seguintes elementos para uma reflexão:

O *dies a quo* - 17-12-99 - caiu em uma sexta-feira. O dia 24 de dezembro, véspera de Natal, foi também sexta-feira. E o digno presidente do Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais houve por bem, e mui justamente, determinar o fechamento extraordinário do foro nesse dia. O *Diário do Judiciário* publicado em Belo Horizonte, edição de 11 de dezembro do mesmo ano, incluiu portaria a respeito da suspensão do expediente no dia 24. Por sinal, a portaria foi até muito salutífera ao esclarecer que *os prazos que vencessem no dia ficavam prorrogados*.

Intrigado com o porquê da portaria, recordou-se o advogado de que na Justiça Federal, incluídos os Tribunais Superiores, há uma espécie de férias de fim de ano, pela lei chamadas feriados (“*Feriadão de Papai Noel*”, como as denominou o advogado), que se estendem de 20 de dezembro a 6 de janeiro, inclusive, nos termos da Lei 5.010/66, privilégio de que não desfruta a operosa justiça estadual mineira.

Com esses dados, o advogado entendeu que o recurso era sim - *tempestivo*.

E tomou, embora cerca de um mês depois de publicada a decisão, a providência que lhe pareceu adequada. Pergunta-se:

a) Era tempestivo o agravo? Por que?

b) Supondo-se que, de fato, tenha sido tempestivo, ainda podia ser tomada alguma medida ou recurso em favor da defesa do réu agravante? Afirmativa a resposta, qual? Por que?

c) Essa medida ou recurso, se cabível, seria de ser apreciada por qual juiz ou tribunal? Encaminhada a quem?

Questão 02

Tendo havido uma discussão em um bar, verificou-se que Paulo Luís, desmotivadamente, deu um soco na face de João, com quem discutia. Esse, então, revidou a agressão que estava recebendo com um outro soco em Paulo, que caiu ao chão, desnorteadado. João, passou a chutar Paulo violentamente, embora ele não estivesse mais agredindo-o. Paulo, ao recobrar-se, segundos depois da queda, conseguiu sacar o revólver que trazia consigo e desferiu, do chão, um único disparo em João, acertando-o no tórax. João, ferido e assustado, cessou os chutes, afastando-se rapidamente. A seguir, Paulo se levantou, com a arma em punho, e foi-se embora. Dois dias depois João morreu no hospital, em virtude dos ferimentos provocados pelo disparo que sofreu. Processado criminalmente por homicídio, Paulo alega ter agido em legítima defesa. Pergunta-se: Procede a alegação de legítima defesa? Justifique, detalhadamente, a sua resposta, abordando todos os aspectos jurídicos da questão.

Questão 03

Dois policiais descobriram que uma quadrilha efetuara um assalto a um banco e estava fazendo a divisão do dinheiro no interior de um barraco na favela do “buraco quente”. Assim, partiram para lá, e de revólver em punho invadiram o barraco, e, ameaçando os componentes da quadrilha com armas nas mãos, obrigaram que os bandidos lhes entregasse o dinheiro, vindo a amarrar-lhes posteriormente, ameaçando-os de que, se acaso dissessem algo sobre aquele ocorrido iriam morrer. Após o evento, os policiais dividiram o dinheiro entre eles, e não levaram nada ao conhecimento de suas chefias. Como se capitularia a conduta de tais policiais? Porque? Explique detalhadamente.

BOA PROVA!

**EXAME DE ORDEM
MARÇO / 2004
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO DO TRABALHO**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: **2,0 (dois) pontos.**

Questão 02: **2,0 (dois)**

pontos.

Questão 03: **1,0 (um)**

ponto.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero)**.

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, de caderno de notas e de apostilas, livros de perguntas e de respostas, bem como de xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO DO TRABALHO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Cláudio Antônio, natural de Itanhandu/MG, procurou-o para que tomasse as medidas judiciais pertinentes para ver reconhecidos os seus créditos em relação à sua última empregadora.

Informou ser casado com Clotildes Ferrão Antônio, sem ter filhos, e que desde março de 2000 residia em Belo Horizonte, na Pç. dos Milionários, 11, bairro Santa Terezinha, CEP 31.001-001.

Apresentou sua CTPS (de nº 11.111, série 22, sendo seu CPF 333.444.555-66) onde se vê que fora contratado por Emergência Serviço Temporário Ltda., empresa sediada e estabelecida em Contagem, na rua das Chagas 22, centro, CEP 30.999-900, CNPJ 33.444.555/0001-66. Na CTPS, no local destinado a anotações gerais, lançou o empregador a observação de que a contratação se fazia sob o regime de trabalho temporário. Cláudio ainda apresentou cópia de instrumento contratual onde noticiado que a contratação se fazia para trabalhar como tintureiro na Fábrica de Uniformes Pilão Ltda., empresa também sediada em Contagem, onde estava estabelecida na av. dos Cardosos, 7777, bairro Industrial, CEP 31.100-800, CNPJ 66.777.888/0001-99, e que contava com escritórios em todas as capitais dos estados.

Nesta fábrica trabalhou de 25 de novembro de 2002 a 20 de fevereiro de 2004.

Quando da contratação tomara conhecimento de que a empresa onde iria trabalhar (Fábrica de Uniformes Pilão Ltda) saíra vitoriosa em procedimento licitatório do Estado de Minas Gerais, devendo fornecer, no prazo de 120 dias contados de outubro de 2002, uniformes para as escolas públicas de todo Estado. Durante o curso do contrato ficou sabendo que a empresa tomadora dos serviços vinha vencendo outras licitações em diversos Estados do País desde 1997, sendo certo que a empregadora de Cláudio fornecia, também desde 1997, metade dos empregados para a “fábrica” (empresa tomadora).

No local em que trabalhava estava subordinado diretamente ao chefe do setor de produção, empregado da empresa tomadora dos serviços.

Cumpria jornadas de trabalho de 07:00 às 20:00 horas com uma hora de intervalo, de segunda feira a sábado, com horários anotados em cartões de ponto.

O salário pago durante todo o período do contrato fora fixado em R\$2.000,00 mensais (último salário pago foi o relativo ao mês de janeiro de 2004), sendo certo que os

empregados da empresa tomadora dos serviços, com a mesma qualificação e executando os mesmos serviços, por força das convenções coletivas de trabalho da categoria, recebiam o piso mensal de R\$3.500,00.

Quando do rompimento do vínculo fora comunicado por um representante da empregadora (Emergência Serviço Temporário Ltda.) que estava dispensado e nada tinha a receber uma vez que estaria trabalhando em regime de trabalho temporário.

Durante o curso do contrato recebera apenas os seus salários (em sentido estrito) com os descontos legais. Jamais gozou férias ou recebeu qualquer outra parcela.

Solicitara à CEF um extrato analítico do FGTS, que lhe foi entregue sem registro de depósitos.

FORMULE A PETIÇÃO INICIAL LIQUIDANDO APENAS OS PEDIDOS RELATIVOS ÀS VERBAS RESCISÓRIAS E MULTAS PASSÍVEIS DE LIQUIDAÇÃO.

DIREITO DO TRABALHO

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

O Reclamante Y compareceu à audiência inicial quando foram as partes expressamente intimadas de que deveriam comparecer para prestar depoimento pessoal, sob as penas da lei, na audiência de instrução designada em prosseguimento pelo Juiz.

Na audiência de instrução, deveria ser produzida a prova dos fatos litigiosos, quais sejam, horas extras e desvio de função, ambos negados pela Reclamada. Registre-se, por oportuno, que nenhuma prova havia sido produzida pelas partes nos autos. Em face da ausência injustificada do Reclamante à audiência de instrução, indaga-se: Qual requerimento deve ser feito pelo advogado da Reclamada, e quais os efeitos processuais daí advindos? Fundamente sua resposta.

Questão 02

Empregado labora desde 02.05.2001, estando o contrato em vigor, de segunda a sábado, sem intervalo, nos seguintes horários seqüenciais, com variação a cada 10 dias: de 06:00 às 14:00; de 14:00 às 22:00; de 22:00 às 6:00 horas. Recebe, mensalmente, o salário mínimo legal. Não há negociação coletiva trabalhista tratando desse tema quanto à referida empresa. Como Procurador deste empregado, arrole seus direitos no tocante ao problema exposto. Fundamente sua resposta.

Questão 03

Qual é o momento próprio para a arguição da contradita? Caso indeferida, na audiência trabalhista, que medida deverá tomar o advogado que a arguiu? Fundamente sua resposta.

Boa Prova!

EXAME DE ORDEM

MARÇO / 2004

2ª ETAPA

ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: **1,5 (um e meio) pontos.**

Questão 02: **2,0 (dois) pontos.**

Questão 03: **1,5 (um e meio)**

pontos.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero)**.

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, de caderno de notas e apostilas, de livros de perguntas e respostas, bem como de xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Joana Clementina e Paulo Ramos dirigem-se ao seu escritório profissional e narram-lhe o seguinte fato:

No dia 20/03/2004, por volta das 10:00 horas, Joana encontrava-se no ônibus nº 2048, de propriedade da concessionária Viação Mineira Ltda, no itinerário Bairro Padre Eustáquio - Mangabeiras. Na Av. Afonso Pena, encontrando-se o veículo em alta velocidade teve, o condutor do mesmo, para evitar colisão com outro veículo de passageiro, que acionar os freios, bruscamente, levando Joana, que estava de pé, a cair no corredor do veículo, e, em consequência, sofrer diversas fraturas.

Paulo, a seu turno, no dia 22/03/2004, às 16:00 horas, se aproximava de um dos pontos do mesmo ônibus, localizado na Av. Afonso Pena, quando verificou que o veículo estava chegando, e, com o receio de perdê-lo, correu em direção ao ponto, momento em

que perdeu o equilíbrio, caindo na frente do ônibus em movimento, tendo este passado sobre as suas pernas, fraturando-as.

Os dois desejam saber se têm direito a indenização por danos materiais e morais. Em caso positivo, a ação deve ser intentada contra a empresa concessionária, contra a BHTRANS, entidade da Administração Indireta do Município, contra o Município de Belo Horizonte ou contra os três em litisconsórcio? Desejam saber também se a responsabilidade, no caso, será subjetiva ou objetiva?

Você deve emitir PARECER, respondendo os questionamentos acima, examinando cuidadosamente a situação de cada um e considerando os fatos, a doutrina e a jurisprudência pertinente.

O PARECER DEVE OBSERVAR A FORMA E A ESTRUTURA PRÓPRIAS.

DIREITO ADMINISTRATIVO

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

João Campos de Oliveira, depois de aprovado em concurso público devidamente homologado, foi nomeado e empossado no cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Delegacia Regional do Ministério da Agricultura em Minas Gerais. Vinte seis meses depois, João foi exonerado sob a alegação da autoridade competente de que o mesmo não obteve a avaliação mínima no estágio probatório.

A autoridade chegou a essa conclusão baseando-se em informações prestadas pelo chefe imediato de João, por seus colegas de trabalho e pelo Diretor de Pessoal. Inconformado com a medida administrativa, João contratou os seus serviços profissionais. Qual a sua orientação? Explique e fundamente a resposta.

Questão 02

O Presidente do Instituto de Saneamento Básico, autarquia do Município de Quincas Borba, pretende editar, por ato normativo daquela Presidência, novo regulamento para os servidores de seu quadro, com as seguintes regras: a) o regime jurídico geral será o estatutário, salvo para atividades de vigilância, condução de veículos e serviços gerais, que serão submetidas a regime celetista; b) os servidores estatutários serão submetidos a regime próprio de previdência e os celetistas a regime geral de previdência social. Responda, de modo fundamentado, sob o ponto de vista formal e material, se a medida é juridicamente adequada.

Questão 03

O Município de Belo Horizonte tombou imóvel de propriedade de Júlio Capistrano. Trata-se de uma casa construída na década de vinte do século passado, por considerá-lo de excepcional valor cultural e histórico. Em decorrência do tombamento e da consequente impossibilidade de demolição da casa para construção de edifícios residenciais ou para realização de outro tipo de empreendimento no local, o valor venal do imóvel, que era avaliado antes do tombamento em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) , passou a ser, conforme estimativa de seu cliente, baseada em contatos informais com corretores, da ordem de R\$ 200.000,00. Pergunta-se: seu cliente tem direito a pleitear indenização pela desvalorização do imóvel? Justifique sua resposta.

BOA PROVA!
EXAME DE ORDEM
MARÇO / 2004
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.
Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01: **1,5 (um e meio) pontos.**

Questão 02: **1,5 (um e meio) pontos.**

Questão 03: **2,0 (dois) pontos.**

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero)**.

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, de caderno de notas e de apostilas, de livros de perguntas e de

respostas, bem como de xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Certo comerciante, por dificuldades financeiras, está há seis meses sem recolher o ICMS devido pelas vendas que realiza. Por causa desse débito, teve indeferido pelo Chefe da Administração Fazendária de Belo Horizonte o seu requerimento de autorização para a impressão de notas fiscais, formalidade imprescindível para o prosseguimento de suas atividades.

Elabore um mandado de segurança contra o ato de indeferimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Sabendo que a empresa X nada recolheu a título de COFINS relativamente ao mês de abril de 1999 e que até hoje não foi fiscalizada ou notificada pela Receita Federal quanto a esse débito, responda:

- a) Subsiste ainda hoje a obrigação de pagar o tributo?
- b) Em caso de resposta afirmativa à questão anterior, e pretendendo a empresa proceder ao pagamento, há acréscimos legais devidos? Quais?

Questão 02

Em dezembro de 1992, a União Federal, visando a estimular o desenvolvimento de certa região, isenta de IPI por dez anos as empresas automotivas que lá se instalem até o final de 1997. Em 2002, diante da apuração de uma série de casos de corrupção na concessão do incentivo e considerando, de todo modo, que as exigências para o seu gozo foram muito brandas (já que o número de empregos que se esperava criar não foi atingido, em razão da crescente automação do setor), edita o Congresso Nacional lei acrescentando novas exigências para a fruição da isenção e determinando a cessação do favor para os contribuintes que não se adaptassem a tais requisitos num prazo de seis meses. Tal lei é válida?

Questão 03

A planta de valores editada pela Lei municipal nº 100, de 1989, para fim de apuração da base de cálculo do IPTU, nunca foi modificada pela Câmara dos Vereadores, estando até hoje em vigor, apesar da enorme valorização que os imóveis de diversas regiões da cidade sofreram nesse interregno. Por causa disso - e mesmo com a correção monetária anual dos valores constantes da planta, autorizada pela lei - os proprietários de inúmeros imóveis vêm pagando imposto muito inferior à sua verdadeira capacidade contributiva, com ofensa à isonomia e prejuízo para o Erário municipal. Para corrigir essa situação, o Prefeito edita decreto baixando nova planta de valores, elaborada após criterioso estudo sobre o verdadeiro valor venal dos imóveis tributáveis. Pergunta-se: a atitude do Prefeito encontra respaldo na Constituição, tal como interpretada pelo STF?

BOA PROVA!
EXAME DE ORDEM
MARÇO / 2004
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO COMERCIAL

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.
Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.
Valores: Questão 01: **1,5 (um e meio) pontos.**
Questão 02: **1,5 (um e meio) pontos.**
Questão 03: **2,0 (dois) pontos.**

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero).**

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, de caderno de notas e de apostilas, de livros de perguntas e de respostas, bem como de xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO COMERCIAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Em 06 de outubro de 2.002, João Gomes emitiu uma nota promissória, devidamente formalizada, para José Venturini, no valor de R\$ 20.000,00, com vencimento estipulado para o dia 06 de janeiro de 2.003.

A emissão da referida cambial estava relacionada com uma dívida proveniente de aposta entre o emitente e o beneficiário.

Inocorrendo o pagamento voluntário da nota promissória na época prevista, José Venturini, em 29 de abril de 2.003 (terça-feira), apresentou-a para protesto, que foi lavrado e registrado no prazo legal.

Posteriormente, mencionada cambial foi endossada em preto para Pedro Colombo, não tendo o endossante, todavia, datado o endosso.

Irresignado com a falta de pagamento voluntário da cambial, apesar das diversas tentativas para recebê-la amigavelmente, Pedro Colombo, na condição de terceiro de boa fé, em 1º de abril de 2.004, alicerçado no referido título, ajuizou uma execução em desfavor de João Gomes e José Venturini realizando-se, conseqüentemente, a penhora em bens dos executados, que foram intimados do aludido ato na data de 23 de abril de 2.004 (sexta-feira).

Como advogado(a) contratado(a) pelos executados, elabore a peça adequada para a defesa dos mesmos.

DIREITO COMERCIAL

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Antônio e Benedito constituíram sociedade empresária sediada em Belo Horizonte, que adotou o nome empresarial “Sol e Mar Turismo Ltda”, cujos atos constitutivos foram devidamente arquivados, em fevereiro de 2003, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Em viagem de férias para o Espírito Santo, Antônio constatou que, no município de Guarapari, existe outra sociedade, também atuante no ramo do turismo, que adota idêntico nome empresarial “Sol e Mar Turismo Ltda”. Na oportunidade, Antônio dirigiu-se à Junta Comercial do Estado do Espírito Santo e confirmou a inscrição da referida sociedade, que arquivou seus atos constitutivos em junho de 2003.

Antônio e Benedito, receosos de que a sociedade da qual são sócios venha a ser confundida com a existente em Guarapari-ES, formula consulta sobre a possibilidade de ser proposta medida judicial para que a “Sol e Mar Turismo Ltda” capixaba deixe de usar tal expressão como seu nome empresarial. Responda a consulta, analisando todos os aspectos do problema.

Questão 02

Pedro, Adão e José são sócios de uma sociedade limitada que tem por objeto o comércio de produtos alimentícios, detendo, cada um, 1/3 (um terço) das quotas em que se divide o capital social. No contrato da sociedade há cláusula prevendo o direito de preferência dos sócios em relação a terceiros no caso de cessão de quotas.

Não tendo localizado bens passíveis de penhora, um credor particular de Pedro requereu, nos autos de execução já ajuizada, que fossem penhoradas as quotas de Pedro no capital da mencionada sociedade.

A penhora pode ser concretizada? Analise todos os aspectos da questão.

Questão 03

José, solteiro, maior, comprou um apartamento da Construtora Casa Nova Ltda., assinando a escritura definitiva em 22 de maio de 2001 e registrando-a em 30 de julho de 2001. Em agosto de 2003, mediante promessa particular de compra e venda, José vendeu o imóvel a Patrícia, solteira, maior, outorgando-lhe, na mesma oportunidade, procuração pública, com poderes especiais para outorgar a escritura definitiva de referido apartamento, tomando todas as providências necessárias à referida transferência. A escritura foi lavrada em 15 de dezembro de 2003 e o ITBI foi pago. Quando Patrícia tentou registrar a escritura, não obteve êxito porque a Construtora Casa Nova Ltda. teve sua falência decretada em 17 de setembro de 2003, e o juiz fixou, como termo legal da falência, o dia 21 de maio de 2001 e, por ofício aos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca, tornou indisponíveis todos os imóveis registrados em nome da falida até aquela data. Ato contínuo, o imóvel foi

arrecadado pelo síndico.

Patrícia, ansiosa pela solução da questão, questiona o que fazer e se deverá agir em nome próprio ou como procuradora de José.

BOA PROVA!